
**RECUPERAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS
URBANOS NO CONTEXTO DAS GRANDES
TRANSFORMAÇÕES URBANÍSTICAS: O CASO
DO MORRO DA CONCEIÇÃO, NO RIO DE
JANEIRO.**

Júlia Erminia Riscado

Mestre em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: julia_riscado@yahoo.com.br

RECUPERAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS URBANOS NO CONTEXTO DAS GRANDES TRANSFORMAÇÕES URBANÍSTICAS: O CASO DO MORRO DA CONCEIÇÃO, NO RIO DE JANEIRO.

RECOVERY OF HISTORIC URBAN CENTERS IN THE CONTEXT OF THE GREAT URBAN TRANSFORMATIONS: THE CASE OF MORRO DA CONCEIÇÃO, IN RIO DE JANEIRO.

Júlia Erminia Riscado

RESUMO

O presente artigo trata do processo de preservação do Morro da Conceição no Rio de Janeiro ocorrido na década de 1980, entendendo-o como um importante exemplo para a reflexão sobre as mudanças e a busca por novos instrumentos de preservação do patrimônio cultural que se configuraram naquele momento. Além disso, a análise de uma proposta de projeto de preservação torna possível observar a convergência da temática da preservação e revitalização nos projetos de planejamento urbano nas grandes cidades.

PALAVRAS-CHAVE:

Morro da Conceição; políticas públicas; IPHAN;

ABSTRACT

This article discusses about preservation process in Morro da Conceição in Rio de Janeiro occurred in the 1980s, understanding it as an important example to elaborate on the changes and the search for new preservation of cultural heritage instruments that are configured in that time. In addition, the analysis of a proposed conservation project makes it possible to observe the theme of convergence of preservation and revitalization in urban planning projects in big cities

KEYWORDS:

Morro da Conceição; public politics; IPHAN

INTRODUÇÃO

Observar as iniciativas de preservação para região do Morro da Conceição e seu entorno ao longo da década de 1980 traz à tona inúmeras questões que ainda são caras as ações de planejamento urbano no Rio de Janeiro. A escolha da cidade como sede de dois grandes eventos esportivos – Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 – reacende as discussões quanto à gestão pública do espaço urbano que é duramente criticada por atender aos interesses empresariais e não às necessidades da população da cidade.

Tendo como referência os resultados dos Jogos Panamericanos de 2007, Cristóvão Fernandes Duarte (DUARTE, 2010) ressaltou os problemas gerados por conta da falta de transparência no gerenciamento das obras e na administração do orçamento ao longo do processo de preparação de grandes eventos. Ao extrapolarem o orçamento inicialmente previsto, por exemplo, a Prefeitura e Governo do Estado tenderiam a recorrer emergencialmente ao Governo Federal, retirando aporte financeiro de outras áreas de grande importância para atender às obras de infraestrutura dos eventos em questão.

Cristóvão Duarte (DUARTE, 2010) lembrou ainda que o sucesso da cidade de Barcelona, na Espanha, principal referência para o Rio de Janeiro, aconteceu por conta da parceria entre Prefeitura e representantes das comunidades locais, em especial o trabalho em conjunto com associações de moradores. Com isso, as transformações urbanas não chegariam a atingir de maneira tão drástica a população da cidade, sendo até mesmo beneficiada.

A reivindicação para que haja a democratização da gestão pública do espaço urbano não é algo recente. Desde o início do século XX, com um dos mais importantes processos de expansão da cidade do Rio de Janeiro, houve um esforço de refletir de modo crítico sobre os reflexos na perda de qualidade de vida da população, principalmente entre os habitantes da região central da cidade. Ao longo dos anos foram criados projetos governamentais que reconheciam a necessidade de propostas mais eficazes e que se mostrassem mais próximas às reivindicações dos diferentes grupos sociais.

Marcos Guarany e Vicente de Souza (GUARANY e SOUZA, 2001) notam a importância de observar o processo de preservação maciça ocorrido na região central da cidade como consequência das intervenções urbanas implementadas já no início do século XX de forte cunho político e econômico:

Desde 1926, com planos urbanísticos de desenvolvimento e expansão, sendo o primeiro o ‘Plano Agache’, que se concentrava na região central da cidade, e apresentava soluções para o sistema viário e para o saneamento básico, propostas legislativas para controle do crescimento urbano e política de empreendimentos imobiliários, bem como soluções para o abastecimento de água e coleta de lixo. (GUARANYNS, e SOUZA, 2001, p. 178).

Entretanto, apenas em meados dos anos 1970 seria desenvolvido um plano de urbanização em forma de legislação, que estabeleceria “todas as condições de uso do solo, criando o desenvolvimento dos centros de bairro em áreas residenciais ocupadas pela população expulsa do centro da cidade, que foram afetadas pelas intervenções urbanas implementadas desde o início do século XX” (GUARANYNS e SOUZA, 2001, p. 179).

Contudo, o Pub-Rio¹ contribuiria de maneira legal para a descaracterização da região e abrindo caminho para a especulação imobiliária. Segundo os autores, embora muitos bens tenham sido tombados pelo IPHAN na região central da cidade, o entorno dos mesmos permaneceria expostos a alterações e demolições.

Em meio a todo esse processo de degradação, o IPHAN, junto com o Governo Municipal, verificou a necessidade de intervir para preservar o conjunto arquitetônico dos bairros da Saúde e da Gamboa, além do Morro da Conceição, que tinham suas características tipológicas e morfológicas mantidas incólumes, em consequência dos bens tombados pelo IPHAN contidos nessas regiões e de seu isolamento gerado pelas condições geográficas e pela proximidade do porto. (GUARANYNS e SOUZA, 2001, p. 180).

Percebe-se que as iniciativas federais que reconhecem a importância em lidar com os impactos da modernização da cidade no cotidiano dos seus habitantes ainda são muito recentes na história do Rio de Janeiro. As discussões sobre os impactos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 desenvolvidas atualmente poderiam ser consideradas, em certa medida, como continuidades da questão referente ao planejamento urbano.

A preocupação com o crescimento urbano desordenado não se restringiu ao âmbito das políticas de planejamento urbano, mas também do campo do patrimônio. As cartas patrimoniais são documentos de grande relevância para a compreensão da trajetória histórica da própria noção sobre o que hoje se entende como patrimônio cultural. É preciso, contudo, reconhecer que essa documentação é, na verdade, um conjunto de recomendações de caráter

¹ O Pub-Rio foi um Plano Urbanístico Básico que dividiu o território municipal em 5 Áreas de Planejamento, procurando respeitar as diferentes características dos bairros além de criar políticas específicas que contribuíssem para o desenvolvimento econômico e social das regiões circunscritas.

internacional oriundas de debates acadêmicos e de considerações feitas por organismos internacionais sobre as atividades de conservação e proteção de bens patrimoniais.

Entretanto é necessário o cuidado ao analisá-las, uma vez que são orientações voltadas ao campo da preservação e áreas correlatas. Esses documentos apresentam, resumidamente, pontos dos quais houve consenso entre seus formuladores que podem ou não serem incorporadas ou adaptadas às realidades e regimentos normativos dos países.

Deve-se atentar ainda para os postulados teóricos da época em que foram produzidas e seus desdobramentos, observando como suas propostas foram percebidas e como foram incorporadas dentro do campo do patrimônio. Ademais é preciso considerar a relação de uma carta com as anteriores e seus conteúdos.

Entre os muitos temas tratados nas cartas, a relação do bem tombado com o ambiente contíguo sempre teve seu espaço. Entre as décadas de 1930 a 1960, as cartas patrimoniais buscaram definir a noção de vizinhança do bem tombado e as maneiras de conservá-la, tendo como finalidade manter a visibilidade e certa estrutura estética ao redor do bem. Neste momento ainda não seria empregado o termo *entorno*, apenas o termo *vizinhança*, se atendo as delimitações físicas às áreas circunvizinhas ao bem tombado. Atualmente a questão do entorno dos bens, embora seja recente, aparece com cada vez mais frequência nos procedimentos de proteção de áreas urbanas.

Para o melhor entendimento desta dinâmica, contudo, é preciso entender também a definição do conceito de entorno em diferentes momentos das práticas de preservação do patrimônio histórico e cultural. As discussões que procuram definir este conceito sempre estiveram atreladas aos discursos sobre tombamento, sendo ampliadas à medida que estes processos passavam por importantes transformações.

No Brasil, o reconhecimento legal de ações voltadas ao entorno é ainda mais recente. No campo da preservação, vinculado a própria trajetória das ações da administração federal na área da cultura, percorreu um caminho marcado por rupturas e posturas ambíguas em relação aos entornos (MOTTA e THOMPSON, 2010) como será possível observar melhor adiante.

Inserida nessa problemática urbana é preciso destacar a relevância das ações de proteção que, principalmente durante a década de 80, se ocuparam em propor projetos de

revitalização que integrassem os moradores das regiões que sofriam com um processo de esvaziamento e decadência econômica.

Nesta década foram criados o Projeto Corredor Cultural, o Projeto de preservação do Morro da Conceição do IPHAN e o Projeto SAGAS. Ao analisar o exemplo do projeto de preservação coordenado pelo IPHAN é possível compreender as causas de parte das limitações existentes ainda hoje nos processos de intervenção pretendidos por órgãos de preservação que atuaram na maioria das vezes em parceria com governo municipal e estadual para áreas como a região portuária do Rio de Janeiro.

O IPHAN NAS PROPOSTAS DE PRESERVAÇÃO PARA O MORRO DA CONCEIÇÃO

O projeto coordenado pela arquiteta e funcionária do IPHAN Jurema Arnaut e voltado para preservação e revitalização do Morro da Conceição e seu entorno teve como proposta inicial ampliar e dar continuidade ao projeto de reabilitação da região do Morro da Conceição de 1979, elaborado pelo mesmo órgão. A partir da Portaria nº54 de 19 de novembro de 1981 o IPHAN licenciou obras de conservação nas áreas próximas aos monumentos já tombados: Palácio Episcopal, Igreja de São Francisco da Prainha, antiga Fortaleza da Conceição, Conjunto Arquitetônico do Jardim e Morro do Valongo, Palácio Itamarati, Igreja de Santa Rita, Edifício das Rosas de Santos, antiga Caixa de Amortização, e casa nº 9 da Rua Mayrinck Veiga. A partir de estudos de uma equipe técnica oriunda do IPHAN e considerando a decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sobre os mesmos, ficou proibida a demolição de qualquer prédio na região delimitada que pudessem ir contra a “defesa de ambiência e visibilidade”² dos bens tombados.

A partir desta definição, o projeto de preservação da região do Morro da Conceição estruturou-se em quatro etapas. A primeira continha um levantamento cadastral acompanhado de breve histórico da área, a metodologia que seria usada e o objetivo a ser alcançado com o projeto. A segunda etapa expunha o potencial estético e histórico da região enquanto a terceira apresentava um mapeamento dos dados colhidos até aquele momento. Por

² Portaria O/DGED nº 54 de 19 de novembro de 1981.

fim, a quarta fase seria para a elaboração de uma portaria de controle de gabaritos e formas de ocupação para os espaços circunscritos³.

A partir da criação da Portaria nº 54/1981 e da estrutura do projeto percebe-se que, embora fosse uma proposta alternativa ao tombamento, não houve uma ruptura completa das concepções de monumento e entorno consagradas nos debates sobre patrimônio cultural e histórico brasileiro até meados da década de 70. É possível observar, entretanto, uma sobreposição de interpretações ao longo do desenvolvimento do projeto em questão, como apontou Lia Motta e Analúcia Thompson (MOTTA e THOMPSON, 2010).

O estudo previa que, além das definições jurídicas, qualquer intervenção na área deveria atender aos anseios e necessidades da população local, “possibilitando sua absorção e/ou a sua permanência nas atividades econômicas existentes na região e nas atividades que forem implantadas a partir de determinantes de um novo zoneamento Municipal”⁴. Para isso, procurou reconhecer o valor histórico da região, observando as transformações sofridas desde as reformas urbanísticas do período Pereira Passos e os laços afetivos estabelecidos entre moradores e região.

Na descrição feita no corpo do projeto, a excepcionalidade na trajetória histórica do Morro da Conceição frente ao restante da região central da cidade do Rio de Janeiro é tomada como aspecto fundamental para sua compreensão atual. Mesmo com as modificações promovidas no cenário urbano no início do século XX, em especial no âmbito arquitetônico, o casario antigo, de uso habitacional ou comercial, manteve suas características originais.

Sem passar por transformações abruptas, mas evoluindo gradativamente através dos anos, a área manteve-se, de certa forma, imune à especulação imobiliária que desfigurou a cidade nas últimas décadas. Até mesmo o comércio mantém características com que o diferenciam de outras áreas. Sem considerar, é claro, o vigoroso vínculo afetivo que a população mantém com a região, sedimentado ao longo das diversas gerações.

Assim, concluímos que a vitalidade dos documentos tombados está implicitamente ligada ao modo de uso e expectativas daquela população que, naturalmente, e por direito, é a melhor guardiã daqueles entornos e, evidentemente, da ambiência dos bens tombados. (Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/02, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01).

O projeto de preservação e revitalização para o Morro da Conceição e seu entorno adotou uma postura afinada com as propostas de planejamento urbano para a cidade do Rio de

³ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/02, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01

⁴ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/02, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01

Janeiro, reconhecendo a necessidade de incorporar estudos que contribuíssem para uma melhor qualidade de vida⁵ da população local. Havia ainda o intuito de corroborar com as mudanças ocorridas nas políticas brasileiras de preservação e que estavam de acordo com o pensamento internacional, ao inserir características sociais e econômicas na designação de um bem cultural. Tornar-se-ia cada vez mais necessária a “conscientização, salvo raras exceções, de que o ‘bem cultural’ não sobrevive isoladamente, pois destruída a malha que o insere, comprime-se sobre ele, numa linguagem de nosso tempo, o progresso especulativo”⁶.

Foi incluído ainda na primeira etapa do projeto um conjunto de seis entrevistas feitas com moradores e comerciantes do Morro da Conceição. No caso do Projeto de Proteção do Morro da Conceição e seu entorno, as entrevistas se encontravam disponíveis em material transcrito, sendo parte de um conjunto documental maior de fotos, relatórios, plantas, entre outros. Esse material foi desenvolvido com a finalidade de promover uma aproximação entre técnicos e comunidade, oferecendo-lhes informações sobre os objetivos do projeto.

Em um segundo momento do projeto foi produzido um levantamento cadastral da região a fim de identificar o potencial arquitetônico da região, ou seja, um conjunto arquitetônico com características similares e de valor histórico reconhecido pelos especialistas. Ainda que de maneira superficial, procurou-se construir uma visão geral do estado de conservação, da utilização e do grau de descaracterização do espaço construído⁷.

Na terceira etapa foi elaborado vasto material cartográfico da região que indicavam as áreas que foram ou seriam atingidas pelo Plano Norte-Sul 37.799, Decreto nº 3.190 de 25 de agosto de 1981 e Projeto Morro da Conceição e entornos (usos, gabaritos, proposta, fachadas, evolução urbana, volumetria e estado de conservação) respectivamente.

Este projeto do IPHAN mostrou um esforço institucional de intensificar o diálogo entre os diferentes grupos de interesse da região do Morro da Conceição, em especial os moradores e comerciantes da região. Para isso, foi destacada a importância daquela área ao

⁵ A utilização do termo “qualidade de vida” no final da década de 70 e início de 80 reflete a ênfase das políticas públicas no período em atender as demandas. Nesse sentido a definição de Schwartzman de 1974 parece ser a mais adequada às propostas de planejamento urbano, uma vez que a entende como uma noção clara e explícita de uma política de desenvolvimento social. In: Schwartzman, Simon. Seminário sobre Política de Desenvolvimento Social. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: v. 5, n. 2, p. 101 – 111. 1974).

⁶ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/2/02, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01

⁷ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 236/3/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

longo da histórica do Rio de Janeiro, tornando-a necessária para o plano de desenvolvimento socioeconômico da cidade. Como resultado desta nova proposta de estudo para a região, acompanhada de sua recente condição de abandono, seria possível elaborar as diretrizes que guiarão as ações de preservação na região que seriam instauradas em 1986.

A última fase do projeto se dirige, por meio de dados colhidos pelos censos e pesquisas de anos anteriores, às formas de ocupação naquela região e os problemas gerados pela ausência de projetos de infraestrutura para a área central da cidade. Além disso, procurou-se elaborar uma portaria de controle de gabaritos e ocupação dos espaços.

Dessa maneira, foi estabelecida uma relação com dados referentes à quantidade de vias urbanas da região - classificadas em expressa, arterial, coletora e local -, os tipos de pavimentação, a largura, a pavimentação e a extensão das mesmas. A partir da descrição do sistema rodoviário, incluindo a extensão das vias e a quantidade de linhas de ônibus disponível aos usuários seria possível perceber a importância da região, bem como a necessidade de incorporá-la às áreas comerciais do centro da cidade⁸.

Um dos principais objetivos deste levantamento de dados seria fazer uma amostra de dados que pudesse caracterizar o perfil do transporte urbano nas proximidades do Morro da Conceição, entendendo que a região serviria como importante rota de ligação no interior da região metropolitana e com áreas suburbanas. Os dados também serviriam como instrumento relevante para indicar os reflexos negativos do desenvolvimento urbano sem planejamento.

Esta etapa ainda destacou a questão habitacional como parte do levantamento sobre infraestrutura urbana no Morro da Conceição e proximidades. Foi produzido um levantamento de dados relativos à distribuição populacional e à condição das instalações de energia elétrica, de água e esgoto existentes. O intuito seria ressaltar as características socioeconômicas da região que, de acordo com o projeto coordenado por Jurema Arnaut, estaria dividida em 13 áreas análogas quanto à concentração/distribuição de estabelecimentos, renda familiar mensal e valor da terra⁹.

⁸ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 239/1/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

⁹ Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Caixa RJ 239/1/01, Série Inventário, notação I. RJ – 0937.01.

Neste cruzamento de dados foi possível observar como um dos principais aspectos do projeto a atenção às consequências do crescimento urbano sem planejamento para a região do Morro da Conceição e proximidades. Para isso, destacar a importância arquitetônica, histórica e cultural seria uma contrapartida ao atendimento das necessidades da comunidade, além de integrá-la ao plano de desenvolvimento econômico e social da cidade.

O entorno, neste caso, seria relacionado não somente com o bem tombado, mas seria entendido como um instrumento para o desenvolvimento de novos usos para o bem protegido por moradores e demais usuários. Com isso foi instaurada a Portaria nº 6 de 4 de julho de 1986 que previa a instituição dos gabaritos e demais restrições a estrutura arquitetônica dos imóveis em caso de obras com finalidade estética ou de ampliação. A argumentação sobre os gabaritos a serem permitidos foi baseada nos estudos feitos.

Nesta Portaria se revelou a preocupação com o processo de descaracterização dos imóveis que a região enfrentava. Contudo, a fragilidade na definição de ações preventivas pode levar a negligência na proteção do entorno (ANDRADE, 1997). O projeto de proteção para o Morro da Conceição e seu entorno acabou sofrendo com as mesmas críticas, já que em sua resolução abre espaço para atitudes evasivas de manutenção dos bens e entorno por parte tanto das autoridades municipais como federais (MOTTA e THOMPSON, 2010).

Embora no projeto voltado ao Morro da Conceição e seu entorno tenha considerado a necessidade do uso de instalações móveis¹⁰ para auxiliar os moradores da região quanto a possíveis modificações nas fachadas ou em obras de acréscimo de andar não houve a sua aplicação. Técnicos do IPHAN se encontrariam nessas unidades móveis, que mudariam de localidade de tempos em tempos, até que os moradores o fizessem de maneira autônoma. Na prática, não foram desenvolvidos quaisquer ações de diálogo efetivo com a comunidade, tais como as oficinas de auxílio e orientação (MOTTA e THOMPSON, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto de Proteção do Morro da Conceição e seu entorno procurou expor os impactos sofridos em função das transformações urbanas na região pela comunidade do

¹⁰ As unidades móveis seriam espaços itinerantes que levariam orientação técnica aos moradores sobre possíveis adições ou demais obras na região do Morro da Conceição e seu entorno com o apoio da comunidade e associação de moradores da mesma.

Morro da Conceição, apontando para uma nova relação entre bens culturais e seus entornos. Neste artigo foi possível acompanhar brevemente uma proposta de preservação que ganhou força na década de 1980 e destacou a relevância do papel do entorno nas mesmas.

A partir da criação da Portaria nº 54/1981 e da estrutura do projeto proposto ao Morro da Conceição e seu entorno, as ações de preservação do conjunto arquitetônico passariam a adotar uma perspectiva integrada, alternativa ao instrumento do tombamento sendo uma tentativa de ampliar os procedimentos de preservação, adequando-os a especificidade de cada caso apresentado. Nesse sentido, passa a ser destacado o valor arquitetônico, cultural e histórico de uma região.

FONTES

Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno. Série Inventário, notação I.
RJ – 0937.01

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Inês El – Jaick. “O debate sobre as áreas envoltórias de bens patrimoniais” In **Cadernos PROARQ 15**. Rio de Janeiro: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo- UFRJ. N° 17, dez. 2010, p. 07 – 18.

DUARTE, Cristóvão Fernandes. “Jogos Olímpicos Rio-2016: A democratização da gestão pública do espaço urbano como um legado (possível/impossível) a ser conquistado pela população da cidade” In **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Vol. XV, nº 895 (16), 5 de noviembre de 2010.

GUARANYNS, Marcos Benevides dos & SOUZA, Vicente Custódio Moreira de. “A preservação do patrimônio arquitetônico da cidade do Rio de Janeiro relacionada à qualidade de vida e à organização do espaço urbano” In **Rev. Int. de Desastres Naturales, Accidentes e Infraestrutura Civil**. 2001.

MOTTA, Lia. “O patrimônio das cidades”. In SANTOS, Afonso Carlos Marques dos (ORG.) **Museus e cidades: Livro do Seminário Internacional**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 123- 152.

_____ & THOMPSON, Analúcia. **Entorno de bens tombados**. Editora: IPHAN/CEDIT, 2010, p. 174.

SCHWARTZMAN, Simon. Seminário sobre Política de Desenvolvimento Social. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: v. 5, n. 2, 1974, p. 101 – 111.

Artigo recebido em março de 2015. Aprovado em julho de 2015.